

Ofício nº 1471 (SF)

Brasília, em 16 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Eduardo Gomes
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Emenda do Senado a Projeto de Lei da Câmara.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emendas, o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2009 (PL nº 2.125, de 2007, nessa Casa), que “Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo”.

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o autógrafo referente à emenda em apreço.

Atenciosamente,

Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2009 (nº 2.125, de 2007, na Casa de origem), que obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.

Emenda nº 1
(Corresponde à Emenda nº 1- CMA)

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Obriga o fornecedor de ingresso para evento cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.”

Emenda nº 2
(Corresponde à Emenda nº 2 - CMA)

Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1º O fornecedor de ingresso para evento cultural pela internet é obrigado a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.”

Emenda nº 3
(Corresponde à Subemenda à Emenda nº 3 – CMA)

Dê-se ao art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º O fornecedor deverá informar, de forma clara e inequívoca, antes de consumada a venda, quais documentos serão reconhecidos para comprovação do direito ao benefício da meia-entrada.

§ 2º As informações do § 1º também deverão ser afixadas em local visível, na entrada do evento.

§ 3º A impossibilidade de comprovação do direito ao benefício, de acordo com as informações divulgadas na forma dos §§ 1º e 2º, implica a perda do ingresso pelo consumidor, resguardado seu direito de complementar o pagamento do ingresso em seu valor integral.

§ 4º Na falta das informações anunciadas na forma dos §§ 1º e 2º, o consumidor prejudicado terá direito à devolução imediata do valor pago, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos.”

Senado Federal, em de de 2011.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal